



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 560/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 2105/2011 (02 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Caapiranga.

4- Exercício: 2010.

5- Responsáveis: Sr. Antônio Jakson Loureiro da Costa, Vereador-Presidente e Ordenador de Despesas à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº. 1043/2014 (fl.377).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 682/2014-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fl. 378).

8- Relator: Conselheiro Raimundo José Michiles.

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Caapiranga. Exercício 2010.

Revelia. Alcance. Prazo. Contas Irregulares. Multas. Recomendação ao MPE. Determinação à SEPLENO.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Considerar revel o Senhor **Antonio Jakson Loureiro da Costa**, Presidente da Câmara Municipal de Caapiranga e Ordenador de Despesas, no exercício de 2010, nos termos do artigo 20, §3º, da Lei nº. 2423/1996 (LOTCE);

9.2- Considerar em alcance, nos termos do art. 304, III da Resolução TCE nº. 04/2002, a importância de **R\$ 44.557,78** (quarenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e setenta e oito centavos), registrada na conta contábil “Pagamentos Antecipados”, sem a devida comprovação da sua aplicação;

9.3- Considerar em débito o Sr. **Antonio Jakson Loureiro da Costa**, no valor do alcance e fixe o prazo de **30 (trinta) dias**, para que o mesmo recolha aquela quantia aos cofres da Fazenda Municipal, com a devida comprovação nestes autos (art. 72, III, “a” da Lei nº. 2423/1996 e artigo 174, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE). Expirado o prazo estabelecido, e não havendo recolhimento da referida quantia, determine ao Chefe do Poder Executivo daquele município que proceda a inscrição na Dívida Ativa do Município e a imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;

9.4- Julgar Irregular, nos termos do art. 18, II da LC nº. 06/1991, c/c art. 1º, II, art. 22, III, “b” e “c”, todos da Lei nº. 2423/1996 e art. 188, §1º, III, “b” e “c”, da Res. nº. 4/2002, a Prestação de Contas, referente ao exercício de 2010, da Câmara Municipal de Caapiranga, de responsabilidade do Sr. **Antonio Jakson Loureiro da Costa**, Presidente e Ordenador de Despesas, à época;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 560/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.5- Na forma prevista nos artigos 1º, inciso XXVI, e 52 da Lei Orgânica nº. 2423/1996 - LOTCE, **aplicar** ao Senhor **Antônio Jakson Loureiro da Costa**, as seguintes **multas**:

9.5.1- R\$ 3.227,00, de acordo com o artigo 308, inciso I, alínea “c”, da Resolução nº. 04/2002 (Regimento Interno), alterada pela Resolução nº. 01/2009, correspondente a **R\$ 806,67**, por mês de competência (janeiro, fevereiro, agosto e setembro do exercício de 2010), relativo aos dados e demonstrativos contábeis ACP/Captura, remetidos ao Tribunal de Contas, com mais de 30 (trinta) dias além do prazo fixado no artigo 4.º da Resolução n. 07/2002-TCE, alterada pelas Resoluções nº. 02 e nº. 03 de 2007;

9.5.2- R\$ 3.226,70, nos termos do artigo 308, inciso I, alínea “c” da Resolução TCE nº. 04/2002 - Regimento Interno, alterada pela Resolução nº. 01/2009, pelo atraso no encaminhamento ao TCE da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Caapiranga, referente ao exercício de 2010;

9.5.3- R\$ 10.000,00 de acordo com o artigo 54, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 308, inciso V, alínea “a”, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, redação dada pela Resolução nº. 01/2009, em razão das seguintes irregularidades:

9.5.3.1- Divergências de datas nos documentos comprobatórios de despesas na conta "Contábil Pagamentos Antecipados" verificadas no exercício de 2010, objeto desta Prestação de Contas, não foram regularizadas no exercício seguinte e a conta inclusive, além de ter seu valor aumentado, teve seu título alterado para "Responsabilidades Financeiras", conforme informado pela Comissão de Inspeção às fls. 339 e 344;

9.5.3.2- Registros equivocados realizados no sistema ACP, tais como: a) datas dos períodos das diárias em comparação às constantes nos empenhos e relatórios de viagens; b) valores dos créditos suplementares e dos anulados;

9.5.3.3- Ausência de diversos documentos exigidos pela Resolução n. 06/2009, conforme apontado pela Comissão de Inspeção no item Restrição 13 (às fls. 308);

9.5.3.4- Diversos documentos não atendem às formalidades legais, tais como: **a)** assinatura do credor em inúmeros recibos de quitação de despesa, elencados pela Comissão de Inspeção às fls. 310/312; **b)** notas de empenho com divergência de valores (fls. 215/216) e sem as assinaturas dos responsáveis;

e) Ocorrência de fracionamento de despesa (art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993);

f) Não regularização, no exercício de 2011, da Conta Contábil Pagamentos Antecipados, no montante de R\$ 44.557,78, registrada no Balanço Financeiro, à fl. 25;

9.6- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias (art. 174 do RITCE), para que o Sr. **Antonio Jakson Loureiro da Costa**, recolha aos cofres da Fazenda Estadual o valor das multas ora aplicadas, com a devida comprovação nos autos, o qual deverá ser atualizado monetariamente, na hipótese de expirar o prazo concedido (art. 55, da Lei nº. 2423/1996),



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 560/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas Subseções III e IV da Secção III, do Capítulo X, da Res. n. 4/2002;

9.7- Recomendar ao Ministério Público junto a esta Corte de Contas que, se for o caso, represente ao Ministério Público Estadual quanto à responsabilidade do Sr. **Antonio Jakson Loureiro da Costa**, Presidente da Câmara Municipal de Caapiranga e Ordenador de Despesas, no exercício de 2010, encaminhando cópias autenticadas dos autos, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à espécie, tudo nos termos do art. 129, da CR/1988, c/c art. 114, III, da Lei nº. 2423/1996 e art. 54, XII, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE;

9.8- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:

9.8.1- Encaminhar à Câmara Municipal de Caapiranga cópias reprográficas do **Relatório Conclusivo n. 102/2011**, às fls. 290/318, **Informação n. 244/2013**, fls. 338/342, e do **Parecer n. 4699/2013**, às fls. 356/361, para que deles colham as recomendações ali expostas, evitando, no futuro, reincidir nas mesmas falhas;

9.8.2- Após a ocorrência da coisa julgada administrativa, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002, adote as providências do art. 162, §2º, do RITCE.

10- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 05 de Agosto de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julío Cabral, Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLAUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral